

As transformações no perfil da família brasileira a partir do conflito de gerações – década de 1970 – uma aproximação entre a história da família e a demografia histórica

Cláudio Soares Barros ¹

Resumo

O presente estudo apresenta uma aproximação entre a história da família e a demografia histórica, buscando relacionar as transformações impressas na estrutura familiar brasileira a partir do marco histórico nomeado *conflito de gerações* contextualizado na década de 1970 e, reconhecidamente elemento desencadeador de mudanças significativas no perfil familiar nas décadas seguintes. A demografia histórica consiste a base desse estudo e, ao longo das abordagens, busca construir argumentações instituídas nas análises dos elementos relacionados ao ambiente das famílias centralizadas e urbanizadas, relacionadas à mobilidade das pessoas, no sentido espacial e social, seu nível de envolvimento com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local e outros grupos dessa natureza. Apresenta ainda, a estrutura familiar como uma natureza volúvel e fluida e sua efemeridade a partir da transição conceitual de valores e modelos instituídos na tradição familiar e, posteriormente destituídos, gradativamente, de seu significado e de seu rigor social.

Palavras-chave

História, família, demografia histórica, geração, conflito, espaço, transição.

¹ Professor de História da Arte do Centro Universitário de Caratinga – UNEC; Mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; doutorando em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Tratamento da informação Espacial – PUC-MG.

Introdução

Os processos de transições analisados pela história enquanto um conjunto de eventos significativos e suas consequências ao longo do tempo e do espaço nas mentalidades, no comportamento, na produção de um novo tipo de conhecimento, enfim, no estabelecimento de um novo padrão e modelo a ser incorporado e reproduzido pelos indivíduos em sociedade, tem sido alvo de inúmeras pesquisas, seduzidos seus pesquisadores por um grande desafio: o de interpretar e compor, através do plano metodológico, um novo ambiente de relações, uma nova configuração de papéis e perfis relacionados aos indivíduos, seus ambientes, às ideias e às instituições às quais se inserem socialmente.

Todo paradigma, a partir de sua designação científica promovida por Thomas Kuhn na obra *A estrutura das revoluções científicas*, assumiu a incumbência de analisar, descrever e registrar os conteúdos dos processos transitórios, enquanto rupturas de modelos e padrões, com todas as suas características e projeções possíveis.

Dessa forma, a preocupação central do presente estudo se situa numa dessas *encruzilhadas*. As transformações operadas na estrutura da família brasileira a partir da segunda metade do século XX, decorrentes da dinâmica das revoluções científicas sentidas ao longo do século, tiveram sua estrutura questionada e subvertida a partir da década de 1960, ainda sob os reflexos dos conflitos gerados pelo desejo, pela sensação de liberdade e por um sentimento de autonomia, impulsionados pelas repercussões da nova mentalidade desenvolvimentista propagandeada no Brasil.

Os estudos sobre a história da família, especificamente relacionados à família brasileira, têm sido subsidiados pelos estudos produzidos pela demografia histórica e assumem, assim, aspecto interdisciplinar. As análises promovidas pela demografia histórica evidenciaram as leituras possíveis das transformações iminentes da estrutura da família brasileira e de seus inúmeros desdobramentos a seguir, na construção social dos indivíduos no espaço e no tempo.

O contingente de transformações nas características da família brasileira a partir da década de 1960 e afirmadas nas décadas seguintes de maneira mais incisiva consiste no principal elemento argumentativo desta pesquisa e na hipótese

fundamental a ser esclarecida. Ao tomar como ambiente temporal a década de 1960 e situar eventos significativos da história cultural, numa abordagem ampla (macro), busca-se argumentar a importância e a dimensão que tiveram tais eventos no sentido das suas repercussões na configuração tradicionalista e conservadora da família brasileira. O marco temporal nomeado *conflito de gerações*, como uma reedição histórica de processos de ruptura cultural, estabelece novo perfil e uma reconstituição da estrutura familiar, decorrente de posturas antagônicas ao padrão patriarcal vigente. Como toda ruptura e transição, são processos dinâmicos e produzem ecos em grande parte da cultura ocidental. Podemos observar certa unidade nas ações impressas em grande parte do mundo em relação a um novo perfil da estrutura familiar. Podemos, ainda, atribuir esta consideração a uma construção iminente do processo de globalização que se afirmaria adiante, na década de 1980.

Há de se considerar que os estudos demográficos constituem base fundamental para que possa realizar a análise dessa transição de maneira a sustentar, enquanto fonte, as argumentações que buscam relacionar as novas formas de convivência e a relação dos indivíduos no ambiente da família ou mesmo destituído dela. Dessa forma torna-se evidente a aproximação ou mesmo a convergência entre as abordagens que envolvem os estudos relacionados à história da família e a demografia histórica.

A interface história da família e a demografia histórica

O *real* que a filosofia deve ler, com a ajuda das Ciências Humanas, não são os fatos ou as coisas, as ideias ou os conceitos, mas o processo de produção, o movimento das relações sociais, as representações que os sujeitos sociais constroem dessas relações, tanto de modo imaginário (como na ideologia) quando de modo simbólico (como na cultura).

(JAPIASSU, 1994, p. 161-162).

A história da família possui grande interface com a demografia histórica, mesmo sendo seus objetos de estudo e seus objetivos bastante específicos. Porém se considerarmos que a história da família, enquanto ramo específico de

conhecimento, sendo distinto, por exemplo, da história de gênero, iniciou sua abordagem a partir de estudos representativos da demografia histórica, a interface entre as duas abordagens pode ser ampliada significativamente.

A ampliação do interesse da pesquisa com objeto de estudo da história da família tem-se intensificado expressivamente nas últimas décadas, por decorrência dos questionamentos sobre a situação das famílias, suas transformações culturais e as mudanças decorrentes de sua estrutura enquanto valor e conceito sociocultural.

Segundo Faria a ampliação do interesse em pesquisas sobre a história da família nasce justamente dos questionamentos da sua estrutura.

Foram os questionamentos sobre a situação da família, hoje, que levaram muitos estudiosos a enveredar por este caminho. A família, como problema, tornou-se tema atual e os questionamentos sobre sua estrutura ou sua crise interessa tanto ao homem comum quanto aos especialistas (FARIA in CARDOSO & VAINFAS, 1997, p 241).

A historiografia da família no Brasil apresentou nos estudos de Gilberto Freyre a noção de família que predominou durante décadas, vinculada à estrutura familiar patriarcal, descrita minuciosamente por Freyre no clássico *Casa Grande & Senzala*.

Gilberto Freyre é o grande teórico da família brasileira. Todos os estudos sobre família o tomarão como um referencial, ora para contestá-lo ou para ampliar suas hipóteses. Não se relaciona com nenhuma escola ou tradição historiográfica específica, mas foi, certamente, o mais importante estudioso da cultura brasileira, abordando de maneira poética o espaço, os cheiros, as cores e até os barulhos do mundo da casa grande e do complexo familiar. Através de sua fluidez conceitual, elaborou e difundiu um poderoso sistema ideológico em torno da família patriarcal que eliminou as contradições do processo histórico brasileiro em nome de uma pretensa harmonia social² (TERUYA, 2000, p. 4).

Esta noção pôde ser ampliada posteriormente por Antônio Cândido³ no tempo e no espaço histórico brasileiro.

² Needell afirma que Freyre adaptou elementos e experiências de pensadores europeus e norte-americanos, a partir da sua vivência nos EUA entre 1918-1922 somados com a sua própria vivência, cuja infância foi passada num mundo ainda marcado pela escravidão. Criou assim, uma interpretação de sua cultura nacional, onde a democracia racial fazia parte da construção de uma auto- imagem do Brasil. Ver: Needell, Jeffrey- *Identity, Race, Gender and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre's Oeuvre*. In: *The American Historical Review*. American Historical Association, v.100:1, feb.1995, pp.51-77.

³ Antônio Cândido amplia a leitura realizada por Freyre, estabelecendo relações entre a estrutura colonial da família brasileira, sua caracterização rural, as formas de estabelecimento dos clãs e a gênese do sentimento das liberdades públicas em:

O rigor contemplado pelo modelo patriarcal foi reproduzido socialmente visando conservar os valores e os papéis sociais, tanto dos senhores, quanto daqueles que, num futuro próximo viriam a reproduzir a mesma estrutura, os filhos homens e, de maneira muito mais velada, as designações relativas às filhas mulheres.

Nas famílias hierarquizadas, havia um posicionamento distante nas relações entre pais e filhos, mantido por ambas as gerações, justamente para se firmar a hierarquia entre os membros da família. Os assuntos familiares importantes eram tratados entre os pais sem a presença dos filhos. A aproximação física como manifestação de afeto era resguardada e contida. A aproximação constava de rituais formais e distantes, para confirmar o respeito dos filhos pela posição dos pais (HINTZ, 2001, p.10).

De certa forma estes primeiros estudos sobre a estrutura familiar no Brasil foram de natureza basicamente ensaísta e suas análises provinham eminentemente do ambiente das elites, embora a utilização de fontes historiográficas como as dos viajantes naturalistas, as crônicas, e, por outro lado a dos inventários *pos-mortem* possam ser considerados elementos renovadores.

Segundo Faria, os estudos da década de 1960, que podem ser vistos como precursores da construção do objeto específico – a família – tiveram três referências básicas: a demografia histórica, a análise da economia doméstica, por iniciativa principalmente de *brasilianistas*⁴ e os debates interdisciplinares em ciências sociais.

Todos estes questionamentos, inclusive as polêmicas então surgidas, a partir da década de 1960, trouxeram a família para o centro explicativo do comportamento populacional. (...) A unidade doméstica transformou-se em objeto específico dos estudos históricos (FARIA in CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 248).

CÂNDIDO, Antônio. Populações meridionais do Brasil – Populações rurais do Centro-Sul. 1ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

⁴ O termo *brasilianista* foi usado pela primeira vez no Brasil por Francisco de Assis Barbosa na apresentação do livro “*Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco*” de Thomas Skidmore em 1969, como uma maneira de identificar um estudioso de outra nacionalidade que se interessou pelo Brasil. Entretanto, naquele momento, o termo contemplava mais especificamente uma corrente de estrangeiros: os norte-americanos. A partir de 1960, o interesse dos Estados Unidos pela América Latina se intensificou, possibilitando um aumento considerável dos seus intelectuais em diversas áreas das humanidades pesquisando e visitando o Brasil. Os motivos deste súbito aumento atrelam-se tanto à política exterior norte-americana como ao modelo de funcionamento por qual passava a sua academia (CARRIJO, 2007, p. 9).

A natureza dos estudos relacionados à composição estrutural que a família assume a partir desse marco histórico apresenta uma aproximação com os campos de análise e os objetos de estudos empreendidos tanto pela sociologia, enquanto recorte que inclui as relações humanas no ambiente social, como a antropologia enquanto recorte que se aproxima das relações humanas reproduzidas no ambiente doméstico e relativo às noções comportamentais que inclui os costumes e os hábitos dos indivíduos. Da mesma forma podemos estabelecer uma aproximação com a abordagem geográfica considerando os elementos analíticos recorrente da demografia em relação ao espaço, seja em sua dimensão ampla, geral, seja no domínio do ambiente doméstico, lugar de percepção das transições mais expressivas.

Na realidade, a história da família está ligada essencialmente ao espaço doméstico, independente do sentido público ou privado que ele possa ter, nas diversas épocas. Outra constatação é a diversidade de tipos ou composições das famílias, relacionada ao espaço doméstico e aos sentimentos. Em relação ao ocidente cristão, inexistiram um sistema familiar único e os sentimentos que o envolviam, inclusive num mesmo período de tempo (FARIA in CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 242).

A configuração familiar, estabelecida a partir da década de 1970 e continuada nas décadas seguintes, impôs à estrutura familiar um perfil volúvel e esta se tornou fluida e sua efemeridade pode ser observada a partir da transição conceitual de valores e modelos instituídos na tradição familiar e, posteriormente destituídos, gradativamente, de seu significado e de seu rigor social.

À medida que essa transição avança as pessoas isoladas, uma vez adultas, deixam mais e mais para trás os grupos locais próximos, baseados na consanguinidade. A coesão dos grupos rompe-se à medida que perdem suas funções protetoras e de controle. E, nas sociedades estatais maiores, centralizadas e urbanizadas, os indivíduos tem que batalhar muito mais por si. A mobilidade das pessoas, no sentido espacial e social, aumenta. Seu envolvimento com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local e outros grupos dessa natureza, antes inescapável pela vida inteira, vê-se reduzido. Elas têm menos necessidade de adaptar seu comportamento, metas e ideais à vida de tais grupos, ou de se identificar automaticamente com eles. Dependem menos deles no tocante à proteção física, ao sustento, ao emprego, à proteção de bens herdados ou adquiridos, ou à ajuda, orientação e tomada de decisão. (ELIAS, 1994, p.102).

Igualmente vulnerável tornou-se a delimitação espacial e os domínios exercidos sobre os indivíduos em ambientes diversos. Ainda são observadas algumas particularidades relativas aos modelos culturais assentados na tradição religiosa ou mesmo na intransponibilidade de algumas fronteiras que conservam estruturas e preceitos milenares.

Aos poucos, ou de repente, o mundo se torna grande e pequeno, homogêneo e plural, articulado e multiplicado. Simultaneamente à globalização, dispersam-se os pontos de referência, dando a impressão de que se deslocam, flutuam, perdem. Mesmo os centros decisórios mundiais mais fortes nem sempre se afirmam absolutos, inquestionáveis. Podem ser levados a omitir-se, declinam, devido ao jogo das forças que operam em escala mundial. As relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, frequentemente dissolvem fronteiras, locais de mando e referências (IANNI, 2001, p. 91).

Estes dois aspectos, a princípio distantes e de dimensões analíticas diversas, podem ser aproximados e entendidos como extensões de pensamento possíveis para que se possa realizar um estudo geral, amplo e, depois observar e dimensionar as particularidades dos eventos em sua caracterização local.

Para situar as demandas apontadas acima, devemos posicionar nossa análise na transição conceitual da família patriarcal brasileira e suas repercussões a partir dessa ruptura cultural. Podemos determinar o ponto de ruptura como sendo um *conflito de gerações*, ocorrido em alguns momentos da história justamente naqueles contextos de transição ideológica e comportamental. O *conflito de gerações* em questão se dá a partir do questionamento de valores e conceitos estabelecidos e instituídos moralmente no ambiente das relações familiares e sociais.

As décadas de 1960 e 70 do século XX são apontadas como o período da “revolução cultural”, porquanto atinge em cheio as “estruturas das relações entre os sexos e as gerações” dos países de cultura ocidental. É uma “revolução” que se firma em altas dimensões geográficas, estabelecendo novos padrões de conduta na família e no lar. A cultura jovem é impregnada como a “matriz da revolução cultural” porque vai estabelecer “no sentido mais amplo, uma revolução nos modos e costumes dos homens e mulheres do meio urbano” (HOBBSAWN, 1995, p.323, *apud* SILVEIRA, 2006, 183).

O ambiente de vivência desses valores é restrito ao acúmulo das construções do ambiente e de seus elementos adjacentes, caracterizados como conjunto de domínio e administração de determinado senhor e seu domínio em extensão, semelhante às restrições territoriais impostas pelos muros de domínio dos feudos medievais.

Uma interessante exposição está em CHARBONNEAU (1973), segundo o qual a família aparece como “o lugar por excelência da eterna dialética das gerações”. “O homem está fechado na perturbadora dialética da vida e da morte, do ser e do não ser, do tornar-se e do ter sido” (p.19). No processo educacional da família o nascimento e o crescimento do filho vão, paulatinamente, representar a “morte” do pai. Disto é que resulta o chamado “conflito de gerações”. O “conflito” é cada vez mais concretizado, na medida em que o filho absolve novos padrões de conduta, novas formas de pensar, de interpretar e de agir o (no) mundo, deixando as heranças de práticas e de representações do pai “fora” dele. O ponto de vista de Charbonneau assemelha-se ao de Bourdieu (1996) porque para este último, a família é um lugar de produção e reprodução das práticas sociais do *habitus* desde a infância. Isto configura-se como um princípio importante para a construção da realidade social, por meio de um trabalho de socialização. Na família a socialização do filho é edificada por um diálogo entre as estruturas estruturantes subjetivas do filho com as estruturas estruturadas objetivas do pai, porque este último representa uma etapa anterior ao primeiro. O pai representa-se como um agente que insere a estruturas estruturadas sobre o filho: pai como sinônimo de sociedade. Mesmo não utilizando o termo *habitus* ou os seus elementos constitutivos, Charbonneau não nega este princípio de socialização do pai sobre o filho. Esta é a semelhança entre Bourdieu e Charbonneau (SILVEIRA, 2006, p. 182).

Os agentes da família são socializados e/ou educados pelas disposições do *habitus*. Como o sistema das práticas do *habitus* pré-determina a lógica das opções e das escolhas das estratégias sociais (incluindo as estratégias familiares), é possível associar a educação desses agentes a estilos de vida específicos, a partir de algumas peculiaridades reveladas em estudos de família no Brasil (SILVEIRA, 2006, p. 180).

Porém, em contrapartida podemos considerar outra face desse conflito, postulando que tais relações possam ser observadas e analisadas sob a ótica da expressão dos sentimentos, da manifestação dos afetos, ou seja:

Vários aspectos vão sendo transformados ou conquistados, tais como, a busca por decisões compartilhadas, não somente sobre questões dos filhos, mas, também, nas atividades administrativas e financeiras da família. Os direitos e deveres, gradativamente, vão se tornando recíprocos. As relações entre pais e filhos modificam-se, havendo uma maior possibilidade de diálogo entre as gerações, com expressões de afeto mais explícitas (HINTZ, 2001, p. 11).

O paradigma considerado a partir da década de 1960 e caracterizado enquanto *conflito de gerações* estabelece nova configuração nas relações humanas e nos papéis desempenhados pelos indivíduos no âmbito das famílias brasileiras. Contudo, não se refere simplesmente a um fenômeno particular e isolado, mas um evento de grande abrangência, pois pode ser observado em grande parte das sociedades ocidentais.

Dentre essas variáveis de interesse interpretativo da Geografia da População se situa o estudo da família e o que, hoje a compreende, a constrói e nos desafia, como os seus novos desenhos, os papéis diferenciados assumidos pelos seus entes: a relação marital a partir da inclusão da mulher no mercado de trabalho; a mudança na dimensão temporal de convivência; a instabilidade econômica causada pelas mudanças na macroeconomia resvalando no desemprego estrutural; a situação espacial em forma de vida urbana; a diminuição da quantidade de filhos. (SILVA & CHAVEIRO, 2009).

Como toda ruptura que institui novas formas de comportamentos, novos valores e, de certa forma subverte a extensão dos domínios culturais, estas noções serão apreendidas e observadas ao longo de décadas, caracterizada como transição cultural.

Os ciclos ou processos das estratégias matrimoniais foram mais objetivamente delineados por SOUZA (1991), através de quatro dimensões: casamento (exercício da sexualidade), procriação, preservação da saúde e criação dos filhos. Estas dimensões estão combinadas em meio a uma variação de tempo e espaço. Portanto, as estratégias familiares não são dimensões que rompem ou criam novos *modelos* de família, em detrimento de outros. Por exemplo: de um lado, a família tradicional, nuclear, patriarcal; do outro, a família moderna ou contemporânea. Nas dimensões das estratégias, os agentes estão o tempo todo, construindo e dissolvendo grupos familiares no curso de situações concretas. Situações estas que se diferem por classe, região ou país, interferem nos modos de casar, viver a vida conjugal, de exercer a sexualidade e na criação e socialização de filhos. É válido considerar, também, o fato de estas

dimensões estarem sob as influências de novas ideologias, formas de saber, condições materiais, condicionadas por mudanças históricas e simbólicas (SILVEIRA, 2006, p. 182).

São vários os cenários de ambientação dessas manifestações em que os indivíduos poderão expressar sua condição de liberdade em relação às estruturas familiares restritivas. O comportamento coletivo passa a ser considerado elemento condicional para a inserção dos indivíduos nos processos de transformação ideológica. Aos indivíduos coube a atribuição de manifestar seu pensamento, sua natureza e de arcar com seus ditames.

O ambiente urbano, emergente a partir do recorte temporal mencionado apresenta um novo perfil decorrente do fenômeno nomeado êxodo rural, que se faz sentir ao longo de mais de três décadas adiante. Os cenários das cidades, sejam os grandes centros, sejam as cidades que a partir desse ponto passam a assumir o perfil de cidades médias, apresentam condições de assimilar um novo indivíduo e possibilitar a este, todos os produtos e serviços disponíveis para assentar as expectativas ideológicas e comportamentais desses indivíduos.

A ruptura no perfil tradicional da família estabelece, ainda, alterações significativas na estrutura educacional e nas atribuições disciplinares de homens e mulheres. Promove-se um novo currículo para a educação das mulheres, principalmente. O ambiente urbano passa a requisitar ações e perfis dinâmicos e a mulher passa a ter posição e papel determinantes dentro da sociedade.

Em termos demográficos, devemos situar como consequência dessa transição, vários fatores. A mudança relativa aos eixos rural e urbano, a caracterização do ambiente urbano e o nível de demandas relacionadas ao assentamento dos indivíduos nesses espaços; a ampliação da demanda de escolaridade, tanto no aspecto da oferta de cursos quanto na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, a partir da criação de uma expectativa da ampliação da formação educacional feminina, principalmente.

Neste contexto existe certo estranhamento entre o tradicional e o moderno (pós-moderno). As formas de comunicação. Os avanços tecnológicos decorrentes, por exemplo, da popularização do cinema no início do século XX, da televisão a partir da década de 1950, marco situado para a construção das argumentações do presente estudo, são itens que determinam uma transformação na forma de pensar

e agir dos indivíduos e transformação das formas de relacionamento entre os mesmos. O que antes assumia uma condição restrita ao ambiente doméstico e intransponível a este, enraizado na tradição moral, adiante se tornaria item que pode ser compartilhado e difundido socialmente sem o rigor e a mácula moral imposta pelo modelo patriarcal e pela igreja católica.

Considerações finais dos estudos sobre família

Para buscar as afirmações necessárias a esta reflexão devemos considerar a evolução da família no tempo, as características desse processo de transformação e levar em conta aspectos tais como: a demografia, vida privada, papéis familiares, relações estado-família, lugar, parentesco, transmissão de bens, ciclo vital da família e rituais de passagem.

O contingente de análise se apresenta amplo e podemos, não reduzir o aspecto abordado, mas para tornar o elemento de análise abordado mais aprofundado e mais evidente, é necessário a especificação de períodos e ambientes e suas relações, nas mais possíveis interfaces, buscando apresentar as argumentações que situem os paradigmas de transformações da essência familiar e as repercussões socioculturais destas.

Famílias são cristalizações de relações de poder que, estudadas nos contextos específicos onde ocorrem e são pensadas, servem para realçar as maneiras pelas quais, em épocas e locais diferentes, se justificam e se questionam desigualdades relacionadas com classe, com gênero e com geração (SILVA & CHAVEIRO, 2009, p. 178).

Neste sentido, a família é representada simultaneamente: como um reduto de solidariedade e de resistência de cidadãos que mal encontram outros espaços sociais para se defenderem contra explorações dos mais diversos tipos, ou, ao contrário, que encontra na família um espaço muito convidativo para compartilhar de uma forma restrita de fluxos dos benefícios do acesso ao poder; e como um lugar da imposição de desigualdades de gênero e de geração. Estas tensões permanentes desaconselham abordagens que advogam a unicidade tanto da interpretação da capacidade das famílias empregarem contrapoderes que defendem os seus componentes contra a exploração alheia ou contra a dilapidação dos seus

patrimônios, quanto da interpretação das famílias serem os próprios veículos da dominação masculina e da dominação das gerações mais velhas (SOUZA, 1991, p. 171).

Em algumas situações o que chama atenção é ser pela própria família que as pessoas não se sucumbam com tanta intensidade a desigualdades. E, em outras situações, tais desigualdades parecem ser intensificadas no seio da família. A família se confunde com o parentesco que David Schneider descreveu como carregado de significados de solidariedade difusa e durável nos anos 60 e 70. A instituição destas noções solidárias ora se reporta a ideias arraigadas de consanguinidade, ora se reporta às conexões construídas por uma convivência que afirma que há outras coisas, além do sangue, que unem as pessoas, como diz Janet Carsten. Assim, a família revela a multiplicidade das suas referências, ficando desautorizada, a utilização de um conceito isolado capaz de oferecer qualquer explicação única de processos que atingem o grupo.

No pensamento moderno o indivíduo, além de ser um ente em construção, sustenta a igualdade entre os homens, cuja concepção os homogeneiza e dilui as diferenças, construindo a categoria sujeito histórico. Entretanto, o “conceito de indivíduo livre e igual, configura uma categoria analítica de autopercepção que faz abstração das roupagens sociais que sustentam a diferenciação e o reconhecimento de uns e outros por meio da diferença. Como indivíduo a sua individualidade não surge em oposição a ‘outros’, mas de sua oposição ao agregado, à população ou à ilusão estatística da média”, as características comuns e diferentes em si (CANALES, 2006).

Conclusão

Os estudos sobre família tem possibilitado a compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo histórico nas formas de relacionamento dos indivíduos, seja no ambiente da família, seja nas extensões que esta projeta nos ambientes sociais. Estas transformações são consideradas extremamente significativas, ao ponto de serem observadas e analisadas por diversos autores e seu tema tem sido cada vez mais recorrente. Esta consideração pode ser dimensionada pela crise que tem passado a estrutura da família, em ambiente diverso, no domínio doméstico, como estrutura predominante de parentesco da sociedade ocidental. Crise esta de valores e de relações, protagonizada por seus

membros e pela subversão de seus papéis impostos e assimilados como preceitos durante séculos.

A ruptura dessa estrutura familiar tem proporcionado configurações diversas em relação tanto da composição da família, como dos papéis de seus membros e sua repercussão social. Devemos compreender estas transformações enquanto processo que não são instituídas enquanto manifesto, situando seu conteúdo, suas características e suas dimensões a serem seguidas. Enquanto processo, são assimiladas e interpretadas ao longo do tempo e reproduzidas com adaptações e novas caracterizações.

As maneiras recorrentes de se interpretar, compreender e adaptar o contingente dessas transformações na estrutura familiar passa evidentemente por uma leitura científica. As abordagens metodológicas que buscam investigar, observar e argumentar sobre os processos de transição são itens presente na geografia da população, na demografia histórica como bases interpretativas da história da família.

As transições, enquanto processos, como rupturas significativas e enquanto paradigmas podem produzir estruturas mais solidárias, mais humanizadas se compreendidas e se difundidas a partir de noções que possam ser aproximadas de valores fundamentais do homem, baseados na sua vivência e no seu saber.

Abstract

This study presents an approach between family history and historical demography, trying to relate the changes printed in the Brazilian family structure from the landmark named generational conflict, which is set in the 1970s and, admittedly introducing significant changes in the profile familiar in the following decades. Historical demography is the basis of this study, and along the approaches, seeks to build arguments introduced in the analysis of the elements related to the environment of centralized and urbanized families, related to mobility of people in the social and spatial sense, their level of involvement with family, kinship group, the local community and other groups of this nature. It also presents the family structure as a fickle and fluid nature and its transience from the conceptual transition values and models established in the family tradition and subsequently removed gradually, its meaning and its social rigor.

Keywords

History, family, historical demography, generation, conflict, space, transition.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Papirus Editora, 1996.
- CANALES, A. **La demografía latinoamericana en el marco de la postmodernidad**. Trabalho apresentado no II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Guadalajara, 2006.
- CHARBONNEAU, Paul Eugène. **Educar: problemas da nova juventude: diálogo de gerações**. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1994.
- FARIA, Sheila de Castro. **História da Família e Demografia Histórica**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pó-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HINTZ, Helena Centeno. **Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade**. Novos tempos, novas famílias – pensando famílias, vol. 3, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914/1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1994.
- SILVA, Mônica Cristina da, CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Demografia e família: as transformações da família no século XXI**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 171-183, jul./dez, 2009.
- SILVEIRA, Ivana Teixeira. **Sociedade, educação e família**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.22, p.180 –193, jun. 2006.
- SOUZA, Guaraci Adeotado Alves de. **A Hipótese da Convergência: uma Ilusão de Ótica**. In: Caderno CRH, n. 15, jul/dez, 1991.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira. Bases e Perspectivas teóricas.** São Paulo: FAPESP, 2000.
www.abep.nepo.unicamp.br/Família/Historiografia acessado em 11/12/2015.